

PARA UM NOVO CONTRATO SOCIAL

A Comissão Independente sobre a População e a Qualidade de Vida partilha a visão do desenvolvimento social proposta e aceite pela Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social. E fá-lo com um sentido forte de urgência e de responsabilidade para com o futuro.

Na verdade, se a comunidade internacional não é capaz de fazer face ao desenvolvimento social de todas as pessoas que vivem hoje no planeta; se tem no seu seio mais de mil milhões de pessoas vivendo na pobreza absoluta e centenas de milhões com uma carga de sofrimento inaceitável; se gerou no próprio cerne dos países ricos e declínio das oportunidades de trabalho e provocou a marginalização de sectores crescentes da população; - como é que essa mesma comunidade internacional poderá fazer face ao inevitável crescimento da população nas próximas décadas: de dois mil milhões e meio de pessoas, segundo as estimativas mais baixas (o que equivale a quase 2 Chinas mais !) a mais de 4 mil milhões de pessoas, segundo as estimativas médias (o que equivale "grosso modo" à totalidade do mundo de 1975 a acrescentar ao mundo de hoje !!) ?

É evidente que não bastam intenções generosas. Os próprios fundamentos da organização da vida social e económica são postos em questão. Outras perspectivas de análise são necessárias para que soluções humanas possam ser esboçadas.

As Conferências do Rio (1992) e do Cairo (1994) mostraram claramente que os factores que ameaçam a vida humana no planeta, comprometendo a segurança humana e pondo em perigo a sobrevivência e a segurança colectivas, são o resultado dos efeitos combinados do crescimento da população e da pobreza com modelos de consumo baseados no desperdício e com tecnologias destruidoras da vida biológica.

O desenvolvimento social não pode ignorar esses factores complexos que estão para além de causas isoladas e redutoras. Pelo contrário. Um programa de acção realista para o desenvolvimento social tem de ir até às raízes dos problemas, onde se manifestam os efeitos conjugados de factores bem diversos.

A Comissão Independente para a População e a Qualidade de Vida está unanimemente convencida de que um tal programa só poderá ser definido e iniciado se a comunidade internacional estiver disposta a questionar o contrato social implícito que está na base da actual desorganização social do mundo.

Por isso acolhemos com regozijo e expectativa a referência que o Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali fez, no seu discurso inaugural desta Cimeira, à necessidade de um novo contrato social.

Estamos firmemente convictos de que só um novo contrato social fornecerá o quadro coerente dentro do qual a pobreza, o desemprego e a exclusão - preocupações centrais desta Cimeira - poderão ser combatidos com eficácia.



O primeiro elemento decisivo deste novo contrato social é, aos nossos olhos, um contrato sexual reformulado. Se não se puser termo à discriminação contra as mulheres e se as mulheres não assumirem um papel decisivo a todos os níveis da tomada de decisão, os problemas que a humanidade enfrenta hoje não poderão ser resolvidos.

Só um contrato social que liberte mulheres e homens da distribuição patriarcal de papéis e de poder entre os sexos permitirá que as mulheres contribuam efectivamente para a melhoria da qualidade de vida de todos e, de forma particular, para a grande prioridade social que é a irradicação da pobreza.

Neste contexto, consideramos que as estratégias específicas contra a pobreza, delineadas a nível nacional com alvos concretos e de acordo com um calendário fixo, devem, sem hesitação, tomar as mulheres como o seu foco central. Consideramos igualmente que as políticas sociais que respondem às necessidades básicas das mulheres, e particularmente as que se dirigem às suas necessidades não-respondidas nos domínios da saúde e da educação, terão que ser olhadas como os pilares do desenvolvimento social na próxima década.

O contrato social deve também ser transformado nos pressupostos que regem os actuais esquemas de produção e de consumo. Deve, sobretudo, incluir uma inflexão radical no que tem sido chamado o 'contrato natural', como a Agenda 21, aprovada no Rio, claramente indicou.

Os custos sociais e ecológicos que derivam da escolha de tecnologias, da produção de resíduos e das exigências do 'marketing', terão que ser claramente identificados e equacionados.

Esse indispensável processo de clarificação conduzirá a: novos esquemas e lógicas de formação de preços e de atribuição de cargas fiscais; modelos de consumo mais próximos de uma qualidade de vida digna; trocas comerciais devidamente reguladas, de modo a permitir uma redistribuição dos ganhos com mais equidade.

No novo contrato social cabe também uma nova compreensão, e mesmo uma redefinição do conceito do trabalho. A natureza e o número de oportunidades de trabalho terão que ser modificados e enriquecidos. Neste contexto, são especialmente significativas as múltiplas actividades das mulheres - que vão desde o 'sector informal', com que as mulheres aguentam a economia social em muitos países do Sul, até às novas formas de serviços presentes no modelo de sociedade activa, proposto, através da OCDE, para os países industrializados.

Como consequência das transformações no contrato social, a economia será necessariamente obrigada a reorientar os seus objectivos. Terá que evoluir da perspectiva dominante hoje para uma economia ao serviço da qualidade de vida das pessoas.

Neste contexto, consideramos que a avaliação das decisões tomadas a nível internacional e directamente relacionadas com os elementos de base do contrato social deve

ser refocada num novo acordo internacional para ser objecto de discussão aberta e de negociação entre os governos e a sociedade civil.

O contrato social, quando encarado nestas dimensões essenciais, não é um remoto cenário de opção nem um sonho utópico. É um imperativo de responsabilidade ética, condição indispensável para conquista de um nível mínimo de equidade e justiça à escala global.

Maria de Lourdes Pintasilgo
9 de Março 95
Copenhague

Fundação Cuidar o Futuro